

CGTA 745/749/71N
NECLYO Fundo Local
REGISTO 465
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NINA



3.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS RECURSOS HUMANOS LIGADOS ÀS ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS

As artes e ofícios tradicionais em Portugal têm sido objecto, nos últimos anos, e face a um contexto sócio económico que tem comprometido seriamente a sua sobrevivência, de especial atenção por parte não só das entidades oficiais dos vários departamentos estatais mas também da opinião pública em geral.

Uma nova sensibilidade que reconhece e valoriza o artesanato e toda a actividade humana que esteja estreitamente relacionada com o que é "típico", com o que se identifica com a chamada cultura popular tem, por outro lado, criado novas expectativas de mercado e permitido a continuidade (ou mesmo a renovação) de algumas oficinas.

Todavia, ao ressurgimento do interesse por este conjunto de actividades não corresponde qualquer manifestação de entusiasmo por parte dos jovens, mantendo-se os artesãos, no seu conjunto a nível nacional, como grupo de profissionais com uma média de idades bastante elevada que, naturalmente, não pode encontrar em si mesmo a solução quer para a renovação quer para a dinâmica necessárias ao desbravar da comercialização e da descoberta da própria evolução das suas artes e dos seus ofícios.

A formação profissional, a educação dos jovens para o mundo cognitivo, que é, hoje em dia, um mundo orientado para o saber fazer, parece-nos pois fundamental para a sobrevivência destas artes: por um lado, por razões que se prendem com a própria natureza - isto é, porque é necessário substituir quem envelhece - , por outro, porque a evolução desta

actividade, como de quaisquer outras, sejam elas profissionais ou artísticas, exige uma constante descoberta, uma permanente criatividade de que só os jovens são capazes.

Evidentemente que trazer os jovens para o artesanato - para as artes e ofícios tradicionais - não é fácil. Nada no processo da sua socialização os atrai para uma prática que, sendo normal e não obedecendo aos padrões habituais, tende a ser considerada menor, menos dignificante, de pouco valor. É que se a massificação do ensino e a prática política que tende, no seu discurso, à criação de igualdade de oportunidades trouxeram à sociedade portuguesa, nas últimas décadas, condições para vivência democrática, a verdade, porém, é que ainda se não apagou na mentalidade do colectivo um conjunto de preconceitos e de estereótipos que gera a hierarquização profissional que tem na base o trabalho manual e artesanal e no topo o intelectual.

A formação de novos artesãos é, pois, um imperativo. E este imperativo não resulta apenas do conhecimento das dificuldades de sobrevivência das artes e ofícios tradicionais numa perspectiva meramente cultural. Resulta, igualmente, de questões que se prendem com uma nova formação académica e, também, de questões de natureza económica.

Contudo, não basta que se procurem pôr em prática acções ou cursos de formação profissional que, por si só, dificilmente fixarão na actividade quem os frequenta. É necessário que se crie em torno do tema a dinâmica e a cooperação institucional que garanta, antes e depois da formação profissional, condições de estímulo ao surgimento de ateliers e oficinas. É em processos de cooperação que assentam todas as dinâmicas territoriais que se baseam em trocas de informação e de aprendizagem, empresas,

estabelecimentos de ensino, autarquias, associações, cooperativas, etc., mobilizando todos os agentes locais ou regionais para o desenvolvimento que não comprometa o equilíbrio, o bem estar e a qualidade de vida.

Nesta cooperação de agentes locais assenta, portanto, toda a dinâmica que irá motivar para a aprendizagem e para o trabalho nas “artes” tradicionais. De entre estes agentes deverei destacar aqueles cuja acção julgo fundamental - a escola e a autarquia: a escola, porque tem capacidade para fornecer duas grandes respostas formativas - a primeira tem que ver com a cultura geral e com os valores; a segunda, com a criação de aptidões para o emprego e para a actividade; a autarquia, ao promover e dignificar as actividades e os produtos que identificam a cultura local.

Numa economia em permanente mudança, o problema do emprego tem de conduzir, inevitavelmente, a novos sistemas de educação. Trata-se, no fundo, de colocar no centro das preocupações a procura de soluções adaptadas às perspectivas de trabalho. Neste cenário, surge como perspectiva nítida o auto emprego numa actividade que tem condições para ser rentável, para garantir a criatividade e a concepção de novos produtos.

A formação de artesãos cabe perfeitamente nesta busca de soluções para o auto-emprego. E se essa busca de soluções começar na Escola, se o seu conhecimento do “saber-fazer tradicional” puder ser reconhecido como um dos saberes fundamentais - como a matemática, as línguas, a informática - , mais fácil será que quer o jovem quer o meio reconheçam esse “saber” como uma competência adquirida e, de facto, a actividade dela decorrente como actividade dignificada.

Depois, adquiridas as competências, é necessário não deixar o jovem entregue a si próprio. Todos os aspectos que tenham que ver com a sua preparação para a gestão do negócio, com a instalação da oficina, com a conquista de novos mercados devem ser, durante os primeiros tempos de actividade, objecto de um particular acompanhamento. É necessário, igualmente, que se reconheçam as competências adquiridas através da formação e se validem os produtos e os materiais produzidos pela concessão de selos ou certificados que atestem a sua qualidade e proveniência

Em suma, a formação profissional é, nas artes e ofícios tradicionais, fundamental para a sua sobrevivência e, mais que isso, para a evolução, para a transformação que acompanha as preferências e o gosto dos clientes.

Todavia esta formação não pode, neste caso, utilizar para a sua avaliação critérios meramente estatísticos - o seu nível de sucesso não depende exclusivamente dos formadores, do número de formandos que frequentaram cursos e dos que a seguir se estabelecem - . A "lógica" funciona, neste caso, de forma diferente da habitual, ou seja:

- a formação substitui aqui a escola quando esta não incluir nos seus currículos matérias relacionadas com o património das artes e ofícios tradicionais nas vertentes da formação geral e dos valores que, como já referi, são (ou devem ser) as suas grandes respostas.
- O número dos formandos que continuaram inseridos na actividade artesanal após a formação pode ser escasso sem

que fique comprometido o interesse das acções formativas desenvolvidas.

- A entidade formadora tem de estar orientada para a cooperação, não podendo, pois, exercer a actividade formativa em exclusivo, sendo portanto, o envolvimento com tais agentes (que atrás identifiquei com as autarquias, associações e cooperativas) relevante para a validação da formação.

Por outro lado, torna-se absolutamente necessário, no sentido do reconhecimento das competências adquiridas e da dignificação do artesanato, que exista um processo de certificação e de garantia de qualidade que seja extensivo a todo património a ele ligado e não apenas aos produtos agro-alimentares.

Finalmente, exige-se que as soluções consideradas para a formação profissional nesta área prevejam sempre o apoio e acompanhamento local da actividade (criação de associações de desenvolvimento e de apoio ou de serviços autárquicos específicos parece-me, quanto a este ponto, fundamental).

Nisa, 96/08/02

Jaime Joaquim Tavares Pinheiro *

* Licenciado em História e Ciências Sociais, mestrando em Sociologia, Técnico de Emprego Consultor do IIEFP em regime de requisição como Administrador Delegado da Associação de Municípios do Norte Alentejano.